



Discurso da notícia O objetivismo jornalístico e seus efeitos*

Por Wedencley Alves Santana

Poucas são as instituições hoje que determinam tanto o que nós entendemos por realidade, como a mídia. Na verdade, a própria Ciência nunca teve concorrência tão séria, desde que na virada da Era Moderna iniciou um processo progressivo de desqualificação de outros discursos, como o mítico e o religioso, para não falar no literário. Como numa máquina centrífuga, discursos, os mais variados como o jurídico, o próprio científico, o religioso, o político, o médico, são retomados numa nova lógica, difícil de precisar – haveria uma lógica midiática? – mas que inegavelmente atinge os mais distantes recantos de nossas sociedades.

Possivelmente, no entanto, nem a Ciência, nem a Justiça, teriam que se preocupar se, dentro do universo midiático, junto à publicidade e ao entretenimento, não existisse uma instituição em especial que concorresse com aqueles campos discursivos pela determinação do que “é” ou “não é verdadeiro”. A ascensão do jornalismo, dito informativo, na razão direta do declínio do que se chegou a chamar de party press (imprensa partidária), e do jornalismo literário, é o momento em que a função de estabelecer “*que coisas* teriam o estatuto de *verdade*” para um público amplo começa a cair em outras mãos.

Discurso, com uma incrível capacidade de absorção de outros discursos, o jornalismo se desmembra para melhor ocupar regiões específicas de conhecimento: ante a Ciência, o jornalismo científico; ante a Economia, o jornalismo econômico; ante a Política, o jornalismo político; ante a Arte, o jornalismo avaliador, determinante do que pode ou não pode ser estético.

O que se procura afirmar aqui é que o jornalismo não pode ser visto apenas como mais uma instituição em nossas sociedades. Ele é força concorrente na constituição do que percebemos como realidade e, portanto, cumpre compreender como ele dialoga com outros discursos que por acaso venham ser determinantes para os sentidos que atribuímos ao Real. A discussão passa, portanto, pela interrogação sobre

* Resumo da dissertação do mestrado em Comunicação, Imagem e Informação, programa de pós-graduação do Instituto de Arte e Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense, defendida em 22/06/2001.

uma possível teoria do conhecimento jornalístico, o que por certo provocará estranheza por parte daqueles que, desqualificando o jornalismo ante a maior tradição histórica de outras áreas, como a própria Ciência, vêem em tal idéia uma elaboração pretensiosa ou sem medida.

O que me levou a este estudo, de caráter eminentemente bibliográfico, foi a preocupação em compreender como o discurso jornalístico tornou-se um poderoso constituidor de realidades e sentidos, numa sociedade em que quase todo esse direito é reservado à Ciência. Incomodava-me o fato de que, descartado como não-científico, reduzia-se o seu poder de “gerar verdades” a uma identificação com o senso comum, acomodação perigosa, na falta de parâmetros para saber o que é o “conhecimento jornalístico”.

Trata-se de um posicionamento ingênuo acreditar que não há, para usar uma expressão psicanalítica, um sujeito-suposto-saber no jornalismo – o que o distancia do senso comum. E o maior sintoma disso é a quase infundável discussão sobre a objetividade que se dá nessa e sobre essa instituição. Às vezes identificado com o senso comum ou muitas vezes condenado por realmente não participar do campo científico – sob acusações de falta de rigor, metodologia etc. – o jornalismo, no entanto, determinou-se como uma instituição em que, por mais que se proteste, discute o seu direito à objetividade.

É neste momento que as discussões conteudistas de *objetividade* – relação precisa, ou termo a termo, entre fato e relato – tornam-se incapazes de superar uma certa circularidade. Por isso, muitos autores, ao discutir o jornalismo, acabam adotando um posicionamento ambíguo, negando muitas vezes a realização da objetividade, embora mantenham-na como “ideal” de conhecimento. A discussão sobre objetividade, além de vir carregada de considerações de conteúdo, é marcada pela posição epistemológica de que é possível ao homem a posição do ‘olhar de Deus’, fora do ambiente cultural, ideológico, ou do próprio mundo. Somente assim, sem os vícios de uma inserção no ambiente do próprio objeto que investiga, é que se pode imaginar um “pensar” ou “dizer” livres de crenças e valores.

Por tudo isso, uma análise de discurso, como contraponto a uma análise de conteúdo, estabeleceria também meios para que se perceba uma *outra* teoria do conhecimento, promissora na discussão sobre a objetividade. Pois considerada, como

faz a Análise de Discurso, como uma questão de linguagem e de sentido, a objetividade passa a ser um efeito discursivo, que emerge de certas práticas textuais – texto aqui visto como unidade semiológica, e não apenas lingüística –, fruto do que Michel Pêcheux chamou de ilusão de sentido, ocasionado pelo esquecimento *nombre dois* – aquele que remonta a uma ilusão de correspondência termo a termo entre linguagem-pensamento-mundo.

Dentro disso a nossa hipótese é de que a notícia moderna – a partir dos anos 20 nos EUA, e 50 no Brasil – inaugura práticas discursivas que desencadeiam efeitos de objetividade a todo custo, sem que isso signifique tanto a sua fidelidade com um pretendido “fato extra-discursivo”. Percebendo a objetividade na notícia como efeito de uma “forma de dizer” e não mais como ‘mérito de conteúdo’, tentei analisar o espaço discursivo em que isto tem lugar: a formação discursiva objetivista na notícia. Entendo aqui formação discursiva como *conjunto de regras que disciplinam a enunciação*; enunciação que deixa de ser ato da iniciativa e vontade puramente individuais – uma posição pragmática, tocada de relações de intencionalidade – para ser tomada em sua dimensão discursiva, que acaba por identificar um sujeito universal, irrefutável e, por vezes, autoritário.

Mas quanto a isso cabem mais observações introdutórias. A noção de formação discursiva, herdada de Michel Foucault, é, na Análise do Discurso, ponto de ultrapassagem de um processo de formalização inicial para uma de maior aceitabilidade da heterogeneidade. Numa auto-crítica, Michel Pêcheux mostra a diferença entre as três fases da AD. Num primeiro momento, formulação teórica de 1969, o discurso era analisado segundo máquinas discursivas, e os sujeitos empíricos eram sempre determinados pela posição-sujeito que ocupava dentro daquela estrutura. Esta visão “estruturalista”, que concebia um objeto fechado e autônomo, daria lugar, no decorrer da década de 70, a um objeto (as epistemes, as formações discursivas etc.) que se definia justamente na contradição com um meio exterior, o interdiscurso. Ainda assim, e paradoxalmente, as máquinas discursivas eram tomadas como entidades cerradas, e as formas-sujeito delas decorrentes como uma máscara rígida.

Somente num terceiro momento – pós-1980 – é que a Análise do Discurso começa a conceber o interdiscurso como condição inevitável da heterogeneidade discursiva interna a uma determinada formação. Não somente há o interdiscurso, isto é,

o espaço discursivo onde se insere determinada formação discursiva, com o qual está em processo dialógico intenso. Mas também há o fato de que uma formação está em processo de transformação constante, na medida em que é uma constituição histórica, não imune a sua própria dinâmica (da história), mesmo que, na medida em que só tem existência na materialidade lingüística, guarde sua especificidade própria

É dentro dessa última acepção que utilizamos a noção de formação discursiva. Tanto que é no processo dialógico com outras formas discursivas do jornalismo, principalmente a histórica vinculação com a literatura e a política, numa relação de recalque e concessão, que se conceberá a formação discursiva objetivista, sem que isso redunde numa visão determinista de forma-sujeito.

O objetivo maior é discutir como e a partir do quê, discursivamente, essa FD se organiza na notícia (os mecanismos textuais de estabilização do sentido); que efeitos ideológicos podem ser compreendidos a partir dessa formação discursiva; quais são seus campos de diálogo mais intenso (questão que tem como hipótese a vinculação com uma concepção neopositivista de conhecimento) e que tipo de transformações essa formação vem tendo nos últimos tempos (o objetivismo na instituição jornalística estaria desaparecendo?).

Pelo que foi dito até agora, já é possível perceber que parto do pressuposto teórico de que o discurso jornalístico em sua heterogeneidade tem como constitutivas (matriciais) três formações discursivas: 1) a formação discursiva literária, que hoje, graças a outros referenciais estéticos, como o cinema ou o grafismo computacional, é muito mais que “literária”; 2) a formação discursiva política, que compreendeu uma antiga e vigorosa imprensa partidária, passando pelos momentos históricos que reservaram ao jornalista o papel de sentinela (**watchdog**) da sociedade, contra o Estado ou os maus feitores do mercado, além evidentemente de uma secular imprensa operária, sindical e mais recentemente comunitária e alternativa; 3) a objetivista, nosso objeto próprio de análise.

Esse pressuposto não desconsidera que, embora não constitutivamente, outros discursos incidem sobre o fazer jornalístico. Essas formações “incidentes”, que nesse estudo não enfatizamos, vão desde posições de gênero a posições de classe, para citar alguns exemplos, entre tantas quantas forem identificadas.

Tomei o cuidado de não considerar a instituição jornalística dotada de um só

discurso (e se, até agora, falo de discurso jornalístico, é somente para dar mais fluência à argumentação), mas sim de várias FDs, que atravessam os muitos momentos jornalísticos, e os diversos gêneros que geralmente se concebe (informativo, interpretativo, opinativo, de entretenimento) e, dentro destes, os diversos tipos de produtos (notícia ou reportagem ou matéria de serviço; análise, crítica ou resenha, editoriais ou artigos, crônicas ou enquetes bem humoradas); assim, como os vários *targets* (de interesse geral, especializado, dirigido ou corporativo; de apelo popular ou não), matizado por muitas mídias (assumindo peculiaridades e até denominações diferenciadas, tais como telejornalismo, radiojornalismo, imprensa, cinejornalismo, e até uma determinado infojornalismo, termo que acredito ser mais apropriado que jornalismo *online*, já que englobaria também as produções em CD-ROM).

Vê-se, portanto, que considerar o jornalismo univocamente não faz qualquer sentido. O objetivismo encontrou seu campo mais fértil no gênero informativo. Dentro deste, na notícia, mais que na reportagem; até hoje na imprensa, mais que em outros meios; nos jornais, mais que nas revistas; nos jornais de referência, e menos nos populares. Ainda assim, o objeto de nosso estudo é o grande responsável pela discussão que ocupou boa parte dos estudiosos do jornalismo como um todo, e que imaginaram para essa instituição uma incrível unidade. Tal é a motivação das sentenças (no sentido lingüístico, mas também jurídico do termo) de exclusão contra os jornais populares etc. Os objetivistas se pautam na possibilidade de realização de uma série de qualidades de uma certa conduta e uma certa escrita jornalística: impessoalidade, imparcialidade e uma referencialidade objetiva (ou a faculdade de se deter em dados “objetivos”) principalmente. Mas uma certa conduta e uma certa escrita que determinaram em muitos momentos o que o jornalista deveria ser, fazer ou dizer e que, naturalizadas, não foram percebidas como aquilo que são: uma entre outras formas de conduta e escrita possíveis na instituição jornalística.

Mesmo os jornalistas alternativos (em relação a quê?) só o foram graças àquilo que a eles serve de referência: a conduta e a escrita objetivas. Mesmo o que se designou de new journalism só fora “neo” diante de uma tradição objetivista. Também os jornais que menos primaram pela “objetividade” foram analisados em termos de desvio. O humor e a polêmica, as metáforas (literárias) e as próprias “verdades religiosas” (referência comum num jornalismo anterior) tiveram que recuar ante os exércitos que



transformaram um tema – “a objetividade” – em um fato. Em diálogo, às vezes manifesto, às vezes velado, com os discursos positivistas (e, não críticos) das ciências deste século, o jornalismo objetivista retirou sua luz e sua sombra, e se constitui hoje como um campo gerador de conhecimento.